

# Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural: provocações contemporâneas a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile

Roberta Fagundes Gonçalves<sup>1</sup>, Carla Grião da Silva Bernardino<sup>2</sup>, Desirée Nobre Salasar<sup>3</sup>, Karlla Kamylla Passos<sup>4</sup>, Claudia Pola<sup>5</sup>, Patricia Silva Dorneles<sup>6</sup>

*Sociomuseology and Cultural Accessibility: contemporary provocations from the Round Table of Santiago (Chile)*

## Introdução

O presente texto tem o objetivo de refletir sobre a Mesa Redonda de Santiago do Chile, pelo viés da Acessibilidade Cultural, de forma provocativa. Foi elaborado pelo Grupo de Estudos 'Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural' que é formado por um coletivo de investigadoras do curso de Mestrado e Doutorado em Sociomuseologia da Universidade Lusófona (UL). Conta também com a participação de investigadoras externas, ou seja, que não são vinculadas aos cursos da UL, mas que atuam com os temas afins. O grupo está integrado à Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural", e ligado ao Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), com o apoio do Departamento de Sociomuseologia da UL.

A sua criação teve como motivação trazer para o referido Departamento as reflexões relacionadas à acessibilidade e ao capacitismo – denominação para o preconceito social que

---

1 Mestranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona. Psicanalista e Psicóloga pela UNESA.

<https://orcid.org/0000-0001-5856-3111> | E-mail: robertafagundes@gmail.com

2 Doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona (Bolsista Cátedra UNESCO Educação Cidadania e Diversidade Cultural). Mestra em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto.

<https://orcid.org/0000-0002-3596-6847> | E-mail: carlagriao@gmail.com

3 Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (Universidade Federal de Pelotas / Bolsista CAPES) e Doutoranda em Museologia pela Universidade Lusófona (Portugal/ Bolsista Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural). Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Bacharela em Terapia Ocupacional pela UFPel.

<https://orcid.org/0000-0002-8456-8255> | E-mail: dnobre.ufpel@gmail.com

4 Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona. Mestra em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde pela FIOCRUZ. Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Goiás.

<https://orcid.org/0000-0003-0419-2751> | E-mail: myllakamyllapassos@gmail.com

5 Doutoranda em Museologia Universidade Lusófona (Bolsista Cátedra UNESCO Educação Cidadania e Diversidade Cultural). Mestra em Educação Artística Faculdade de Belas Artes de Lisboa. Licenciada em Artes Visuais pela UFMS.

<https://orcid.org/0000-0002-7565-9171> | E-mail: polaclaudia@hotmail.com

6 Pós Doutora em Terapia Ocupacional pela UFSCar. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Terapia Ocupacional.

<https://orcid.org/0000-0002-9338-7309> | E-mail: patricia.dorneles.ufjr@gmail.com

recai sobre as pessoas com deficiência – no contexto dos museus e demais ações museológicas, para pensá-las em articulação com os princípios da Sociomuseologia. Com o objetivo de sensibilizar pessoas investigadoras e demais profissionais da área das ciências humanas e sociais aplicadas para a temática, o grupo de estudos propõe a discussão reflexiva e dialógica acerca da proposta de acessibilidade universal e inclusiva. Busca, assim, o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas no contexto Ibero-Americano, principalmente entre Brasil e Portugal, uma vez que é composto, em sua maioria, por pessoas brasileiras no contexto de um curso de pós-graduação português.

Fundado em março de 2021, ainda no contexto de pandemia da Covid-19, iniciou com encontros online, síncronos, para a discussão acerca de sua própria nomeação. A opção pela especificação tanto do conceito de Sociomuseologia e não Museologia, quanto de Acessibilidade Cultural, ao invés de Acessibilidade, se deu por abordarem importantes nuances que agregam às reflexões que o grupo se dispõe a realizar. As motivações para tais escolhas são trabalhadas no decorrer do presente texto.

Além das reuniões internas, as integrantes participaram de eventos acadêmicos como o IX Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC) realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Brasil, e o Congresso Internacional “Paulo Freire: Um centenário de atualidade”, em Portugal, realizado pelo CeIED. Foram promovidos e realizados, ainda, dois encontros transmitidos em modo remoto no âmbito do #MusaFórum, evento aberto, produzido e realizado por participantes dos grupos de estudos da Cátedra de acordo com seus temas de investigação.

O primeiro Musa Fórum (#MusaFórum1) foi realizado em setembro de 2021 e teve a participação de Leandro Freitas Pereira, Leonardo Dias de Oliveira e Rafael Braz. Três brasileiros com deficiência visual, que atuam na área da acessibilidade cultural para falarem de suas perspectivas pessoais em relação aos temas da equidade, inclusão e capacitismo. Ainda em 2021, no âmbito das comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro, data instituída pela ONU) realizou-se o #MusaFórum4, que contou com a participação do Professor Doutor Augusto Deodato Guerreiro, docente com deficiência visual da UL, que palestrou sobre cultura equitativa. Os eventos abertos contribuíram para a sensibilização em relação ao conceito de capacitismo, ainda pouco explorado e conhecido, principalmente em Portugal. Destaca-se ainda, que estes foram os únicos #MusaFórum que contaram com recurso de tradução para Língua Brasileira de Sinais.

O conceito de Capacitismo teve origem na década de 1980, nos Estados Unidos da América, no contexto dos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência. No entanto, ainda é pouco referido no Brasil e menos ainda em Portugal. O capacitismo, ou ableism, em inglês, refere-se ao preconceito social existente em relação às pessoas com deficiência, e reflete-se através de opressões ativas ou passivas.

Um exemplo de opressão ativa é a exclusão deliberada da pessoa com deficiência dos espaços e ações. O que ocorre, por exemplo, quando nega-se a presença e participação de uma pessoa, através da imposição de barreiras, ou da permissividade em relação a existência destas. Já uma forma de opressão passiva, muitas vezes despercebida pela sociedade por estar naturalizada, é a infantilização da pessoa com deficiência. Isso ocorre, por exemplo, quando alguém dirige-se a uma pessoa com deficiência intelectual com voz infantilizada, ao invés de

tratá-la com a idade que ela, de fato, possui. Esse preconceito, apesar de habitualmente não ser notado pela sociedade em geral, é fruto da construção de um imaginário social relativo à pessoa com deficiência pautado na ideia de um corpo padrão, tido como <o normal>, o que dificulta a convivência com a diversidade e a diferença.

Neste sentido, ao tratar o outro sem uma aposta nas suas potencialidades, autonomia e singularidade, pré-julgando como ineficiente e incapaz, acaba-se menosprezando suas decisões, oportunidades, seu lugar de cidadão de direitos e sujeito da própria história. A caridade pode, neste caso, caracterizar ou encobrir outro exemplo de opressão passiva. No caso de uma posição capacitista, a discriminação pode se manifestar pelo sentimento de pena ou compaixão, ou seja, perceber alguém com deficiência como coitadinho. Este é um ponto importante ao pensarmos nas construções de imaginário social e como os discursos se estabelecem e se cristalizam na sociedade. Lilia Ferreira Lobo, em seu livro 'Os Infames da história - pobres, escravos e deficientes no Brasil' de 2009, chama a atenção para como foi construída a noção de corpo deficiente na sua relação com a pobreza e a indústria da escravização. Sobre a filantropia e a assistência caritativa no processo histórico de atenção às pessoas marginalizadas no início do século XX, Lobo (2009) observa que:

O pobre, o defeituoso, o desvalido continuaram a ser o pobre coitado das obras caridosas - à diferença de que sobre ele recairia o autoritarismo das verdades científicas, a transferir a virtude e o pecado para a ordem moral e a doença. O relatório de 1922 sobre a assistência pública e privada no Rio de Janeiro, a par das críticas que faz à falta de "método" e à desorganização das iniciativas na distribuição dos benefícios, a uma "assistência mal praticada e à caridade irrefletida" que só faziam multiplicar o número de indigentes, naturaliza a pobreza no que concerne a causas tanto individuais quanto sociais. Individualmente, ela seria consequência da "fraqueza física e dos desfalecimentos morais"; socialmente, "um fenômeno natural", uma enfermidade do organismo social, como a gota é uma enfermidade do corpo humano. ( p.325)

Ou seja, a construção histórica e discursiva da noção de corpo deficiente, através do poder médico, decorreu de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. O aparato de atenção e investimento em relação a esses corpos está intrincado com a ideia de mão de obra e seu inverso: a ideia de invalidez para o trabalho. O discurso científico e o saber médico aliado ao higienismo, contribuíram para essa categorização, ditando normas e conceitos que perpetuam até os dias de hoje no tecido discursivo da sociedade. É importante atentarmos para essas cristalizações na sociedade que insistem no senso comum, apesar dos avanços conceituais, experienciais e políticos.

Victor di Marco, ator, roteirista, diretor de cinema e pessoa com deficiência, em seu livro "Capacitismo: o mito da capacidade" de 2020, aponta que o capacitismo:

[...]é a opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social. Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição de corpos deficientes em razão dos sem deficiência. Acredita que a corporalidade tange à normalidade, a métrica, já o capacitismo não aceita um corpo que produza

algo fora do momento ou que não produza o que creditam como valor. Ele nega a pluralidade de gestos e não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como deficientes (2020, p. 18).

Desta forma, como pressuposto básico, as pessoas com deficiência, assim como as pessoas sem deficiência, devem e merecem ser tratadas de acordo com sua faixa etária, sem terem sua autonomia subestimada para escolher, decidir e opinar. Não reforçar ou incentivar atitudes e falas infantis, elogios desnecessários no diminutivo, a não ser que você esteja efetivamente reportando a uma criança, também é muito importante para romper com discursos e práticas capacitistas (SÃO PAULO, 2009).

### **Escola de pensamento da Sociomuseologia**

A segunda metade do século XX foi marcada por transformações e mudanças de paradigmas. A ideia de museu alicerçada na celebração da memória e na tradição inventada (Chagas, 2015) foi abalada tanto por movimentos sociais, quanto por ações inovadoras de profissionais da Museologia. O museu aberto e integrado ao entorno, defendido na Declaração de Santiago (UNESCO, 1972) possibilitou o reconhecimento institucional de novos processos e práticas museológicas, através do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM - ICOM), em 1987. A partir da ênfase na função social dos museus, novas museologias de caráter social foram surgindo, e é nesse contexto que se desenha a Escola de Pensamento da Sociomuseologia.

Enquanto área interdisciplinar do fazer e pensar das diferentes Museologias, inserida nas Ciências Sociais e Humanas, a Sociomuseologia propõe um posicionamento político, dialógico, crítico e decolonial. A proposta tem por base o compromisso com os Direitos Humanos e a justiça social, e propõe uma abertura conceitual em relação à uma pretensa definição fechada. Para tanto, o pensar e o fazer museológico precisa estar aberto ao seu contexto atual, às demandas da sociedade e à capacidade de releitura e reescrita do mundo. Como apontam Primo & Moutinho (2021), a Sociomuseologia:

[...] parte de uma insurgência mais ampla marcada e que se inscreve nas lutas ambientalistas contra o aquecimento global, nas lutas pela igualdade e equidade de gênero, nos movimentos anti-racistas e anti-hegemônicos, nas lutas sindicais, nos movimentos pelo direito à terra e à água, nos movimentos por uma educação formal e não formal ao serviço da cidadania. (p. 30)

Neste sentido, pensar com a perspectiva sociomuseológica também requer atenção às demandas e aos movimentos pela equidade e garantia do direito de acesso aos espaços e ações no campo da Museologia, em defesa da cidadania cultural de todas as pessoas. Entende-se que não é possível deixar de lado nas discussões da Sociomuseologia, as problemáticas e especificidades de quem encontra barreiras de acesso como, por exemplo, as pessoas com deficiência. Sendo assim, fazer a sua relação com a Acessibilidade Cultural também se faz urgente.

### **Acessibilidade Cultural**

A Acessibilidade Cultural caracteriza-se como um paradigma emergente da sociedade, compreendido como um movimento contra hegemônico em busca de justiça social e cognitiva principalmente para pessoas com deficiência. Numa perspectiva voltada para a equidade, onde se reconhece e valoriza as diferenças e pautando-se no diálogo entre a realidade e a utopia, Salasar (2020) aponta:

que a área vem se consolidando através de enfrentamentos de valores coletivos que perpassam gerações e desencadeiam um papel preponderante de que a pessoa com deficiência é que deve se adequar aos espaços e não ao contrário (p. 26).

Essa nova perspectiva, que hoje se faz mais presente na sociedade, embora ainda necessite de muitos avanços, teve origem no Movimento de Luta das Pessoas com Deficiência, que provocou uma contestação ao Modelo Médico da Deficiência predominante até então, em favor do Modelo Social da Deficiência por volta da década de 1980. Segundo o modelo médico, a pessoa com deficiência é tida como incompleta, imperfeita, deficiente, ou seja, a deficiência é um dado do corpo humano que precisa ser adaptado ou corrigido. Essa forma de perceber a pessoa com deficiência está na base do capacitismo, enquanto preconceito social, dando forma ao que se entende por opressões ativas e opressões passivas.

Essas transformações anticapacitistas se deram a partir da militância oriunda de diferentes Movimentos de Pessoas com Deficiência que surgiram ao redor do mundo, inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, alguns contando com a participação de acadêmicos como o sociólogo Michel Oliver. Os debates a respeito da deficiência foram deslocados do corpo para a sociedade indicando um novo modelo, o Modelo Social da Deficiência. De acordo com este novo modelo, o impedimento não está mais no corpo da pessoa com deficiência e sim em uma sociedade capacitista, que pensa através de um prisma excludente e repleto de barreiras sociais<sup>7</sup>, que impedem corpos com deficiência da fruição aos bens e recursos disponíveis para os demais (Diniz, 2012).

Já o termo Acessibilidade Cultural foi cunhado no Brasil no contexto da Oficina Nada sobre Nós, sem Nós, realizada de 16 a 18 de outubro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro. Promovida pela então Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), teve como objetivo inicial encontrar a melhor forma de “potencializar a produção e a difusão das atividades artísticas e culturais das pessoas com deficiência” (MinC, 2009, p.12) para construir ações e diretrizes para a Política Nacional de Cultura.

Essa ação, de caráter participativo, teve a intenção de ouvir prioritariamente os próprios sujeitos interessados, ou seja, artistas com deficiência, outros profissionais e ativistas da causa. Como resultado, advindo da escuta das suas demandas e necessidades, foi desenvolvido um documento que incluiu a questão da acessibilidade como um dos quatro eixos<sup>8</sup> por se tratar de um tema complexo. O Relatório elaborado da Oficina apontou a complexidade do tema:

---

<sup>7</sup> Para um relato antropológico das barreiras sociais, leia Grião e Bernardino Junior (2021<sup>a</sup>). Os autores propõem o termo tradução para a compreensão dos recursos assistivos. O conceito permite compreender que acessibilidade existe em todas as esferas sociais e são utilizados não apenas pelo público com deficiência. Para mais informações, leia Grião e Bernardino Junior (2021b).

<sup>8</sup> Os quatro temas trabalhados na oficina foram: Fomento, Difusão, Patrimônio e Acessibilidade

Nesse sentido, temos aí um grande desafio para as políticas públicas: ampliar sua visão sobre deficiência. Urge promovermos maior discussão e ação em todos os setores das políticas públicas, e a cultura deve se inserir nesse processo, qualificando a difusão e o fomento da produção artístico-cultural das pessoas com deficiência, além de garantir a elas a acessibilidade para que possam desfrutar a diversa produção cultural brasileira (Minc, 2009, p. 12).

O respeito às identidades e à democracia pautou todo esse processo, implementando uma nova visão de política cultural no Brasil. Além do relatório final da Oficina, uma nota técnica, a Carta do Rio de Janeiro sobre Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência, da SID, foi encaminhada com orientações acerca da acessibilidade para os diversos setores envolvidos no campo das políticas de cultura.

Desta forma, o conceito de Acessibilidade Cultural foi desenvolvido buscando ampliar a noção de acesso à cultura, entendendo-o como um direito humano basilar e aproximando-se do conceito de exercício da cidadania. Neste sentido, cabe destacar que se entende por cidadania cultural o que Chauí (1986) define como o exercício do direito à cultura por todos os cidadãos, sem os confundir como apenas consumidores e contribuintes. É, portanto, vivenciar a cultura enquanto produção, expressão, participação e fruição (Dorneles & Lopes, 2016, p. 176).

Segundo Dorneles (2011) a definição do conceito de Acessibilidade Cultural provoca “um deslocamento”, pois ultrapassa a ideia de que o direito à cultura é garantido apenas através de isenção de pagamentos ou valores mais acessíveis. Para os autores é “necessário pensar o direito cultural de fruir com a produção estética, artística e cultural” (Dorneles & Júnior, 2014, p. 107). Ou seja, para estar incluído é preciso ir além da garantia do acesso físico ao ambiente cultural e para tal, é fundamental que se criem estratégias e se utilizem recursos de tecnologia assistiva para que pessoas com deficiência tenham seu direito assegurado. Além do acesso, é preciso que seja garantida a permanência autônoma das pessoas com deficiência nas instituições museológicas, como refletiu Passos dos Santos & Rocha (2021). Embora há 50 anos, na Mesa de Santiago, já se pensasse em museus mais democráticos e abertos à comunidade, ainda nos dias atuais pessoas com deficiência e vários outros grupos minorizados não têm nem acesso, nem garantia de permanência nesses espaços.

### **50 anos após a Mesa Redonda de Santiago do Chile**

As discussões trazidas no contexto da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) representam o reconhecimento da permeabilidade dos museus às questões do tempo e espaço em que estão inseridos. A proposição de um museu aberto ao meio possibilitou o deslocamento da perspectiva centrada na conservação e preservação de objetos como “os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem” (UNESCO, 1972) para uma perspectiva com foco nas necessidades reais da comunidade com a finalidade de contribuir para o seu desenvolvimento. Essa proposta de descentralizar as ações dos museus, impulsionou a articulação deste com outros espaços educativos, outras organizações e outros profissionais de forma colaborativa.

Tais reflexões, trazidas inicialmente no contexto da América Latina, acabaram por deixar um legado a partir do que se formalizou como uma recomendação à UNESCO para a difusão “de

um novo conceito de ação dos museus: o museu integral” que se destinaria “a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (UNESCO, 1972). No ano de 2022, em que a Declaração de Santiago completa seu cinquentenário, a implementação de um museu integrado ao meio e inclusivo continua a ser um grande desafio. Estar à serviço da sociedade não significa apenas abrir suas portas e deixar que o público entre, é preciso ultrapassar muitas barreiras que ainda estão postas. Para isso, é fundamental estar em constante diálogo com a comunidade na qual o museu está inserido, auxiliando e fomentando a participação ativa e a formação de pensamento crítico da população em geral, para as questões da contemporaneidade.

A Mesa, organizada pela UNESCO, revolucionou na época, uma vez que o Chile era um dos poucos países democráticos da América Latina naquele momento. Neste período, muito se falava nos museus norte-americanos e europeus, hoje ainda considerados elitistas, e, com ênfase nos objetos, nas coleções, nas exposições e no espaço tradicional. Pouco se falava em ações de museus para além de suas quatro paredes, apesar da reflexão sobre a função do museu à serviço da sociedade já ter sido feita em 1949 por Alma Wittlin em seu livro *The museum. Its history and its tasks in education*, onde a autora destaca que os museus não são ilhas no espaço.

Paulo Freire, importante educador brasileiro que viveu exilado no Chile entre 1964 e 1979 devido à ditadura militar brasileira, participaria do evento, mas, por seus ideais serem frontalmente opostos à ideologia autoritária do governo militar brasileiro, os governantes vetaram sua presença na cúpula responsável da Mesa. Ainda assim, suas ideias influenciaram a Museologia, sendo Freire uma das mais importantes referências teóricas da Sociomuseologia (Primo & Moutinho, 2021), ainda que seja necessário refletir até que ponto os conceitos de Freire são realmente incorporados nas práticas museológicas em geral (Glauber, 2014).

Nesta perspectiva, todos os sujeitos são capazes de uma produção de saber a partir da experiência compartilhada, da troca horizontal de ideias e do diálogo, o que desencadeia um efeito de (co)produção e afetação. Sendo assim, o museu, partindo de ideias freireanas na perspectiva da Sociomuseologia, deve atuar como um facilitador das mudanças da sociedade e trabalhar por meio de uma educação encorajadora e emancipatória que suscita relações com o público para o enfrentamento de novos problemas do seu tempo e de seu espaço através de um pensamento crítico. O museu se torna palco de ações políticas e culturais, a partir da realidade do visitante para a compreensão do mundo e de si mesmo.

A Declaração (1972) propõe aos museus da América Latina um maior engajamento, um maior protagonismo, no sentido de olhar para os seus próprios problemas, para dentro e para o entorno, a fim de elaborar novas propostas de ação. Neste ponto, o documento refere a situação e o contexto socioeconômico dos países latino-americanos, ressaltando as desigualdades e injustiças sociais dos países em desenvolvimento, apesar dos avanços tecnológicos da época. Portanto, a proposta de um museu integral leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade e dialoga com ela pensando tanto internamente quanto externamente, tanto a nível local, quanto global.

Com relação à escolha dos temas da Mesa Redonda de Santiago, o tópico “museu e sociedade” foi importante para entender a partir de qual ordem econômica esses museus da América Latina partiriam. O tópico “urbanismo” remete-nos à reflexão da composição de muitas cidades da América Latina que possuíam baixo grau de urbanidade, ou seja, por se

caracterizarem pelo crescimento desordenado e com grandes hiatos populacionais, possuíam características como a existência de muitos cinturões fabris, má utilização das vias fluviais, entre outros exemplos. Essas características resultam na pouca contiguidade destes conglomerados urbanos.

Outro tópico importante para a Mesa Redonda foi a abordagem da “ciência e tecnologia”, ou seja, de que forma poderiam ajudar a sociedade e os museus numa proposta de diálogo e entendimento das problemáticas atuais. E, por fim, o tópico “educação”, de forma a pensar nas ações e perspectivas da educação para todas as pessoas de forma permanente, o que nos coloca de frente com a questão do acesso universal que pode ser desdobrado transversalmente por todas essas nuances do museu.

Reflexões e provocações contemporâneas sobre a Declaração no contexto da Acessibilidade Cultural

Com base no que foi discutido até aqui, o grupo propõe trazer novos elementos e algumas provocações para estas questões levantadas na Declaração de Santiago. Será feita uma análise mais pontual a respeito de propostas mais diretas e enfáticas do documento e, em seguida, na questão da produção de conhecimento e nas ações transformadoras que o museu pode e deve assumir.

Na Declaração está escrito: “Que os museus devem tornar suas coleções o mais acessível possível aos pesquisadores qualificados, as instituições públicas religiosas e privadas”. Propomos uma reflexão a respeito do sujeito deste parágrafo, ou seja, a quem se daria esse acesso. Questiona-se: como os museus têm tornado suas coleções acessíveis também ao público com características diversas? Depois de 50 anos da declaração, quantas instituições trabalham com recursos de tecnologia assistiva como impressão em dupla leitura, audiodescrição, fonte ampliada e braille para o público com deficiência visual? Quantos museus propõem o uso da língua de sinais e/ou de Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) em suas produções audiovisuais? Quantos museus desenvolvem outras formas de linguagem, incluindo ações multissensoriais para públicos em diversidade? Quantos museus têm acessibilidade plena para pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida? Quantas dessas ações ou implementações existentes são permanentes ou contínuas?

Acredita-se que essas questões são relevantes justamente para dar ao museu o caráter de inclusão e acesso universal, no sentido de que possa contemplar o direito de todo cidadão a acessá-lo, como a Declaração propõe, independentemente de suas formas diversas de ser e estar no mundo. Mas e o público com deficiência? Quando será dada ênfase à importância da reflexão e ação para acolhermos suas especificidades? E, mais ainda, qual a relação da sua ausência nesses espaços e a própria precariedade social e econômica das populações das margens e periferias?

Em outro parágrafo da Declaração, onde lê-se: “Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante.”, reflete-se: como os espaços museológicos têm trabalhado numa perspectiva de participação e não de ordenação? Como uma visita a um museu pode promover maior participação, transformação e experiência para o público, para além de uma interatividade direcionada pelo apertar de botões que dão acesso a informações já determinadas?



Sobre a avaliação das ações dos museus, conforme consta na Declaração, também ressaltamos a importância de esta ser inclusiva e acessível através de multiformatos. Por exemplo, imagine entregar para uma pessoa com deficiência visual uma avaliação impressa a tinta em folha sulfite. Essa ação atingiria seu propósito? Ou, ainda, entregar a mesma avaliação para o público com deficiência auditiva ou surdo que tem como língua materna a Língua de Sinais? Como elas iriam avaliar a experiência no museu? Quando se fala sobre sistemas de avaliação, é preciso também pensar em alternativas que promovam a autonomia de públicos diversos.

Um outro tema que se acredita ser importante comentar e discutir é a questão de os museus enfatizarem a difusão do conhecimento científico e técnico por meio das exposições de seus objetos. Hoje, sabe-se que a importância e potência do museu não está só em seu acervo ou nas exposições em si, pois é possível trabalhar com a difusão de conhecimento por meio de atividades extramuros, como palestras, oficinas, mediações, atividades em formato online entre outras, ainda que essas ações possam ser criadas a partir de seus acervos (Gonçalves et. al, 2021). Para este tópico em específico, propõe-se uma reflexão mais detida e teórica.

A partir dos anos 1990, os hoje chamados Estudos das Ciências, Tecnologias e Sociedade (Science, Technology and Society – STS – Studies) ganharam destaque principalmente nas obras do filósofo Bruno Latour (2009). Essa área, cuja influência é cada vez mais presente nos estudos sociais atuais, possibilita reflexões acerca da primazia do saber científico que, alinhadas com a Declaração de Santiago, oportuniza novas e promissoras leituras a respeito da importância epistemológica dos museus.

Aqui, é proposto o museu como uma ferramenta que permita a construção do conhecimento. Conforme foi trazido anteriormente, os acervos museológicos, de acordo com a Declaração, devem estar abertos aos pesquisadores. Tal característica permite uma produção ativa do conhecimento, que pode ser difundida para a sociedade a partir das ações educativas transversais promovidas pela instituição. É preciso sempre ter em mente que um museu é um espaço privilegiado para ações educativas e reflexão crítica. Neste sentido, assume-se a problemática do conhecimento de forma mais complexa e responsável como enfatizado pelo educador freireano e historiador Francisco Régis Lopes Ramos (2004):

Assumir tal perspectiva não significa jogar o conhecimento na relatividade pós-moderna, mas torná-lo mais complexo e mais responsável com a reflexão crítica sobre si mesmo. É pensar o pensamento, não como círculo abstrato que se legitima, mas como princípio de estudo sobre a ética, ou seja, sobre o fundamento político que há em qualquer forma de conhecer (p. 143).

Na prática, observa-se como diversas produções científicas realizadas com os acervos do museu endossam e reproduzem o conhecimento produzido através do método científico, justamente o que é discutido por autores alinhados com os estudos STS. Não se trata de questionar o conhecimento científico em si e sim rastreá-lo como pertencente a uma lógica hegemônica de produção do conhecimento, lógica predominantemente ocidental e normativa, o que carrega consigo, também, uma estrutura de pensamento capacitista.

O problema central é que esse conhecimento é tomado como imparcial, universal e superior ou mais evoluído do que aqueles produzidos por outros povos e seus saberes

tradicionais, ou outros corpos que não correspondam a uma corponormatividade. Esses outros saberes são encarados muitas vezes como superstições ou conhecimentos imperfeitos e defeituosos, o que impede a compreensão de verdades singulares, parciais ou localizadas, tendo em contraponto uma verdade absoluta e universal que corresponde ao saber científico ocidental. Neste ponto, é importante refletirmos, também, sobre a ausência ou pouca presença de pesquisadores com deficiência nesses espaços, além da própria acessibilidade a partir de recursos assistivos dos acervos dos museus para públicos com necessidades específicas.

Portanto, quando o saber (re)produzido pelos museus endossa essa lógica, sem incluir a possibilidade de reflexão crítica e produção conjunta de conhecimento, há automaticamente uma subalternização de outras culturas e realidades, inclusive reduzindo-as a uma anedota, a um modo de vida antigo, exótico ou fora do normal, que é preservado e exibido em museus, mais ou menos como uma colônia de bactérias em uma placa de petri ou aquários em um peixe (uma lógica, diga-se de passagem, típica dos museus do século XIX).

Quando a Sociomuseologia e a Declaração de Santiago chamam a atenção para a importância da participação do público nas exposições elaboradas pelos museus, é fundamental que esta participação não se dê de acordo com as regras e normas do ocidente, como se o público fosse apenas convidado para participar da produção de um saber “alienígena” para sua própria cultura ou realidade. O museu deve ser um espaço do “e”, não do “é”, ou seja, deve ser um espaço que possibilite novas composições, ao invés de ordenar o público de acordo com os pressupostos que traz a respeito de determinada cultura.

O Grupo de Estudos Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural defende, apoiando-se nos estudos STS, que a participação do público nos museus se dê inclusive nos aspectos epistemológicos, e não apenas como consultores ou como objetos de estudo. A inclusão e a participação devem se dar de maneira integral e transversal, tentando ao máximo acolher e agregar os conhecimentos e realidades diversas nas práticas educativas dos museus.

O saber científico tomado como um conhecimento imparcial, descolado e, ao mesmo tempo, acima da realidade, é tido por Donna Haraway (1995) como um “truque de Deus”, pois carrega consigo a ideia de inquestionabilidade devido a sua pretensa objetividade e imparcialidade. Esse tipo de conhecimento, masculinista, típico da cultura ocidental colonizadora, olhou para tudo e para todos ao redor como fonte de recursos. Ao olhar a natureza desta forma, o Ocidente, carregado de ideias liberais e/ou neoliberais, criou todas as crises ecológicas que hoje são observadas e vivenciadas no planeta. Neste sentido, a imparcialidade defendida pelo saber científico e (re)produzida pelos museus, permitiu a exploração irresponsável tanto da natureza quanto de outras sociedades tidas pejorativamente como primitivas. Quantos males foram produzidos em nome do progresso?

A alternativa ao “truque de Deus” proposta por Haraway (1995) é o saber localizado, um saber militante que produzido localmente por indivíduos que podem ser responsabilizados pelos seus atos e ideias, é capaz de criar um mundo mais humanizado e mais inclusivo. Por que não incorporar, nos museus, a concepção de saber localizado como possibilidade de renovação de sua função social?

Outro importante questionamento dos estudos STS e que podem contribuir para repensar a Declaração de Santiago diz respeito às fronteiras entre o mundo social e o mundo natural. Muitas culturas tradicionais indígenas no Brasil, frequentemente representadas, mas nem

sempre presentes nos museus nacionais, não trabalham com a separação entre natural e social. Como pensar em museus que respeitam esta ideia tão primordial para povos originários?

Trabalhando com esta indivisibilidade, o arqueólogo Eduardo Goes Neves (2015) demonstrou que a própria Floresta Amazônica, tida como um espaço natural intocado pelos seres humanos, só se apresenta da forma que é devido a presença de indígenas na região. A chamada terra preta de índio, extremamente fértil, só existe devido ao trabalho humano na área. Ao mesmo tempo, foi justamente a fertilidade da terra que permitiu o crescimento de aldeamentos na região. Natural e social se (co)produzem e o truque de separar essas esferas está diretamente relacionado com a ideia de exploração irresponsável gerada pelo “truque de Deus” de Haraway. Neste sentido, manter a natureza, nos museus, como uma esfera separada da humanidade serve aos ideais masculinistas da ideologia científica ocidental.

Por fim, podemos ressaltar a influência da Monadologia de Leibniz, através da sociologia de Gabriel Tarde (Marras, 2007), para os estudos STS e, que propomos, como uma reflexão interessante para a Museologia. Tarde estava interessado nas interrelações entre partículas indivisíveis, as Mônadas de Leibniz, e como essas relações promovem transformações a nível social. Enquanto a sociologia durkheimiana ressalta a influência da sociedade no indivíduo, Gabriel Tarde, apoiado em Leibniz, ressalta como os indivíduos transformam a sociedade.

Quando as ações educativas do museu, ou o conhecimento ali produzido, transforma alguns indivíduos, esses indivíduos, por sua vez, se interrelacionam com outros indivíduos, transformando-os. O efeito em cadeia observado em Leibniz e Tarde pode ser “disparado” por práticas museológicas que trazem diferentes atores para a produção de conhecimento, remodelando o museu que, por sua vez, contribuiu para a remodelação da sociedade, em um constante movimento de (co)produção.

E por que é ressaltada essa característica dos museus, se a prática educativa cabe tradicionalmente, na sociedade contemporânea, sobretudo às escolas? Porque considera-se que o museu é um espaço privilegiado para uma aproximação horizontal de populações variadas com um saber institucionalizado e reconhecido, possibilitando, assim, a construção de diferentes conhecimentos apoiados em diferentes epistemologias. Aqui novamente chamamos a atenção para o museu enquanto um espaço do “e” e não do “é”. Tornando-se aberto e inclusivo, que chama para a produção do conhecimento populações locais, que continuamente (re)cria diferentes possibilidades de ser e de conviver em um mundo que não separa o natural do social, os museus podem se apresentar como espaços efetivos de transformação social. Para isso, precisam sair da lógica tradicional de preservar culturas “in vitro”, como recortes congelados de uma realidade há muito ultrapassada, e contribuir efetivamente para a construção de um saber mais inclusivo e qualificado, ampliando, as ideias trazidas pela Declaração de Santiago.

### **Algumas considerações**

Os caminhos abertos pela Mesa Redonda de Santiago do Chile deixaram o registro de uma vontade de inclusão e acesso ao que os museus e suas práticas tinham ou podiam oferecer para o bem comum da sociedade. Essa abertura à diversidade e diferença de perspectivas acabaram sendo fortalecidas dentro do campo da Museologia desde então. No entanto, ainda há muito a se fazer, principalmente em relação aos direitos de acesso, produção, participação e fruição de

forma autônoma por pessoas com algum tipo de deficiência que enfrentam barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais nesses espaços.

As reflexões trazidas em Santiago para o contexto dos museus e da Museologia em 1972, ainda ressoam nos princípios da Sociomuseologia. Esses são atravessados pelo desejo de emancipação, criticidade e partilha de diferentes realidades e saberes, com a aposta de que toda ação cultural é uma ação política. Ou seja, posicionada e localizada em relação ao contexto social dos sujeitos que dela participam, podendo ou não estarem situadas nessa direção libertadora, como defendia Paulo Freire (1981).

Considerando a responsabilidade dos museus em se posicionarem frente às demandas das comunidades, populações e sociedade em geral, percebe-se um campo importante de atuação pelas práticas museológicas no sentido de contribuir para a desconstrução das barreiras encontradas por pessoas com deficiência sensorial, física e ou intelectual. A inclusão da diversidade humana pelos museus passa, portanto, pela efetivação da garantia de acesso através de recursos assistivos aos seus espaços, aos seus acervos e às suas ações, assim como também pela mudança de pensamento e atitude frente às pessoas que não correspondem a um padrão tido como “o normal”.

A invisibilidade e a ausência de pessoas com deficiência nos espaços e ações dos museus permanecem no cotidiano da atualidade, ainda que as discussões para a inclusão e acessibilidades já se possam fazer notar. O Grupo de Estudos Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural acredita que há caminhos a percorrer para transformarmos essa realidade. No discurso e pensamento corrente, tanto da mídia quanto do senso comum, o desconhecimento sobre outras formas de ser e estar no mundo ainda é a norma. E a busca pelo acolhimento de realidades diversas talvez seja o primeiro passo a ser dado, junto ao entendimento de que todos somos em certa medida potencialmente fortes e capazes, tanto quanto interdependentes e frágeis. É desejo deste grupo que a inclusão e abertura proposta pela Declaração de Santiago não seja esquecida, e sim referida e integrada realmente nos museus promovendo uma transformação da sociedade.

## Referências

- Amarante, P. Lima, R. (2009). Nada sobre Nós sem Nós. Relatório Final. / Oficina Nacional / Coordenado por Paulo Amarante e Ricardo Lima. Rio de Janeiro. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Biblioteca de Saúde Pública.
- Chauí, M. (1986). Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- Chagas, M. (2015). Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Editora Argos.
- Clement, C. R. Denevan, W. M. Heckenberger, M. J. Junqueira, A. B. Neves, E. G. Teixeira, W. G. Woods, W. I. (2015). The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, [S. l.], v. 282, n. 1812, 08-13. DOI: 10.1098/rspb.2015.0813
- Diniz, D. (2012). O que é deficiência (1o ed). São Paulo: Editora Brasiliense.

- Dorneles, P. Junior, G. A. (2014). Rede de articulação, fomento e formação: O curso de especialização como instrumento da política e acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. In: Cardoso, E. Cuty, J (Org.). *Acessibilidade em ambientes culturais: relatos de experiências*. (pp.102-120). Porto Alegre: Marcavvisual.
- Dorneles, P. Lopes, R. E. (2016) Cidadania e diversidade cultural na pauta das políticas culturais. *Cadernos de Terapia Ocupacional, São Carlos*, v. 24, n. 1, 173-184.
- Dorneles, P. (2011). *Identidades inventivas: territorialidades nas redes de cultura viva na região sul*. Tese de doutoramento - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade*. 5a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gonçalves, R., Morgado, R. & Dornelles, P. (2021). Processos artísticos inclusivos: Sala Experiências do Olhar no Museu do Ingá, um estudo de caso. *Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro*, v.27, n.62. [Disponível em <http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/817> consultado em 07/10/22].
- Grião, C., & Bernardino Junior, C. (2021a). Compondo coletivos inclusivos: Experiências de associações parciais e perspectivas para amplas associações. VIII React. VIII Rede de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, São Carlos.
- Grião, C., & Bernardino Junior, C. (2021b). Relações entre os estudos sobre deficiência e os Estudos das Ciências, Tecnologias e Sociedades: A acessibilidade como forma de tradução. *Pacha. Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global*, 2(5), e21066. <https://doi.org/10.46652/pacha.v2i5.66>
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu, [S. l.]*, n. 5, 7–41.
- Latour, B. (2009). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.
- Lima, Glauber. (2014). Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O Paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.7, no 2*.
- Lobo, L. F. (2009). *Os infames da história. Pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ. 1edição.
- Marco, V. d. (2020) *Capacitismo, o mito da capacidade*. Belo Horizonte: Letramento.
- Marras, S. T. (2007). Reconquistado. *Novos Estudos - CEBRAP, [S. l.]*, n. 78, p. 221–231. DOI: 10.1590/S0101-33002007000200018.
- Passos dos Santos, K. K. & Rocha, J. N. (2021). Territórios pouco explorados: O estudo dos registros de visitantes em livros de comentários de dois museus de ciências brasileiros. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 26(3), 159–178. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/4343>

- Primo, J. & Moutinho, M. (Eds.). (2021). Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo. Lisboa: .Edições Universitárias Lusófonas.
- Ramos, F. R.L. (2004). A danação do objeto: o museu no ensino de história. Santa Catarina: Argos, Editora Universitária Unochapecó.
- Salasar, D. N. (2020). Patrimônio para todos e as políticas culturais no Brasil: os museus federais sob os princípios do Desenho Universal. Dissertação de mestrado. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. [Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6390> , consultado em 07/10/22]
- São Paulo, P. M. de. (2009) Acessibilidade e inclusão. Dicas de relacionamento com as pessoas com deficiência. São Paulo.
- Unesco. (1972). Declaração de Santiago. Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ICOM. [Disponível em: <http://catedraunesco.ulusofona.pt/declaracao-santiago/> , consultado em 07/10/22]